

HUMBERTO JOSÉ DA ROCHA  
(ORGANIZADOR)



# ÉTNICOS, MILENÁRIOS E BANDIDOS

HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO SUL DO BRASIL  
(SÉCULOS XIX–XX)



GRUPO DE PESQUISA  
MOVIMENTOS SOCIAIS  
NA FRONTEIRA SUL

# O MOVIMENTO MUCKER E O PROTAGONISMO DE JACOBINA MAURER

RIO GRANDE DO SUL, COLÔNIA ALEMÃ DE SÃO LEOPOLDO,  
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

---

---

DANIEL LUCIANO GEVEHR

MARLISE REGINA MEYRER

ROSANE MARCIA NEUMANN

A maioria dos historiadores que estudou o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul<sup>1</sup> concorda que, até meados do século XIX, ele era dominado pela atividade pecuária do Sul do Estado, com base no latifúndio e no trabalho escravo. A partir da segunda metade do século, porém, devido ao desenvolvimento da chamada zona colonial, em especial alemã, configurou-se uma nova dinâmica, regida, em parte, pelos comerciantes desta área. Estes, ao servirem de intermediários entre produtor, pequeno proprietário rural livre e mercado consumidor, contribuíram para a redefinição, no Estado, das relações de produção. Além disso, propiciaram o desenvolvimento de setores médios da sociedade e ampliaram as possibilidades de mobilidade social.<sup>2</sup>

---

1 Sobre o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, ver, entre outros, DACANAL, J.H.; GONZAGA, S.; et. al. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.; PESAVENTO, S. **RS: Economia e política. República Velha Gaúcha**. Estado Autoritário e economia. Porto Alegre: Mercado aberto, 1979; SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.

2 Sobre esta temática, destacamos, entre outros: DACANAL, J.H. (org.); LANDO, A. M. & GONZAGA, S.; et. al. **RS: Imigração & Colonização: cultura, etnicidade e história**.

Em julho de 1824, chega a primeira leva de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, em São Leopoldo. Instalados numa área que era de propriedade da Coroa, desde o início a demarcação dos lotes de terras concedidos pelo governo foi problemática. Demora na demarcação, falhas na medição dos lotes e dificuldades na obtenção dos títulos de propriedades geraram muitos litígios. Segundo Amado (1978, p. 29), “o processo de ocupação da terra em São Leopoldo constituiu um emaranhado de confusões e mal-entendidos e disputas”. A autora afirma também que essa situação fez com que até 1845 houvessem processos prolongados na justiça “entre colonos e governo, entre os próprios colonos, e entre estes e os luso-brasileiros proprietários de terras limítrofes a São Leopoldo” (AMADO, 1978, p. 30).

Somente em 1848, criam-se leis específicas para colonização. A primeira, de outubro de 1848, define as terras devolutas reservadas para colonização em cada província. Além disso, proíbe a posse de escravos aos colonos, bem como a obtenção de título de propriedade antes de terem desbravado o lote por cinco anos (ROCHE, 1969). A segunda, foi a Lei Geral de 18 de setembro de 1850, que estabelece que a única forma de aquisição de terras seria através da compra, não mais por concessão.

Entretanto, brechas na lei permitiram que as Províncias tomassem para si a legislação sobre as terras concedidas pelo governo imperial. Assim, segundo a Lei Provincial de 1851, o governo “deve mandar cadastrar lotes de 100.000 braças quadradas (48 ha) em todos os núcleos que serão estabelecidos em terras concedidas pela Lei de 1848” (ROCHE, 1969, p. 102). Esses lotes deveriam ser distribuídos de forma gratuita aos colonos, acrescido de instrumentos, sementes, ajuda para estabelecimento e ainda indenização da viagem. Porém, este estatuto durou somente até 1854, quando as terras nas áreas colonizadas não mais serão doadas, somente vendidas.

---

Canoas: Ed. ULBRA, 1984; ROCHE, J. *A imigração alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2v.

Superados os primeiros problemas de instalação dos imigrantes, o crescimento econômico da região se deu de maneira acelerada:

[...] em 1845 São Leopoldo era uma realidade em termos econômicos. Os imigrantes, jogados vinte anos antes na mata virgem, tinham vencido. Estavam vivos e produtivos. Do ponto de vista governamental, os objetivos imediatos visados com a fundação da colônia alemã haviam sido alcançados. [...] O fato concreto é que, apesar dos obstáculos, os 124 imigrantes de 1824 haviam se multiplicado para 7.142 em 1845. (AMADO, 1978, p.38).

Entretanto, os problemas econômicos derivados da questão da terra permaneceram como um espaço de conflito permanente. É ainda Amado (1978) que afirma que na segunda metade do século XIX, a alta dos preços das terras e a concentração da propriedade foram novos problemas enfrentados pelos imigrantes e descendentes. Esses problemas decorreram de fatores internos, como o próprio desenvolvimento da colônia, a divisão dos lotes entre os descendentes e a comercialização da terra pelos colonos enriquecidos, que passaram a atuar como “especuladores” imobiliários, e fatores externos, em especial as políticas governamentais relativas a terra.

O cenário, no qual os conflitos em torno da terra pode ser – resumidamente – definido: de um lado, os especuladores adquiriam terras devolutas do governo e dividiam em lotes, para serem revendidos aos colonos, com grande margem de lucro, de outro lado, os colonos, com suas propriedades reduzidas pelas divisões familiares, acabavam vendendo seus lotes, a preços baixos, além da dificuldade em obter o registro de propriedade de suas terras, adquiridas no período anterior ao estabelecimento da Lei de Terras de 1850, que exigia a comprovação da posse legal da terra.

Em 1816, o Tenente Manoel José de Leão adquiriu as terras e instalou a Fazenda Padre Eterno, constituindo-se naquele momento numa estrutura de latifúndio escravista. Foi apenas em 1842, que a fazenda

foi leiloadada em hasta pública e comprada por João Pedro Schmidt, comerciante de Hamburgerberg (atual município de Novo Hamburgo), que, através da Sociedade Schmidt&Krämer, vendeu os lotes de terra aos colonos alemães entre 1845 e 1869.

Nesse contexto de mudança da relação com a propriedade da terra e o surgimento dos primeiros imigrantes/descendentes expropriados, eclodiu o movimento dos Mucker. Amado (1978) refere que o conflito dos Mucker ocorreu numa área que permaneceu por muito tempo em litígio.

A área onde se concentravam os Mucker, liderados por Jacobina Mentz Maurer e, onde também se localizada a casa do casal Maurer, fazia parte da antiga Fazenda do Padre Eterno. A antiga fazenda, havia sido adquirida pelos dois colonos, Schmidt e Kraemer, que através da Sociedade Schmidt&Krämer, posteriormente dividiram as terras em lotes e colocaram à venda. Na divisão dos lotes, alguns avanços, nos limites das propriedades vizinhas, deram origem a um processo litigioso, que fez com que o clima de tensão nas imediações do morro Ferrabraz, ganhasse cada vez mais força.

Nesse período, iniciou-se, portanto, a colonização alemã na região, com a distribuição de pequenos lotes (minifúndios) na região do atual município de Sapiranga. Entre os colonos que adquiriram terras na Fazenda Padre Eterno<sup>3</sup> (Leonerhof, como era denominada por estes colonos) estava o casal Maurer, que fixou residência ao pé do morro Ferrabraz no ano de 1867, um ano após o seu casamento, ocorrido na Igreja Evangélica de Hamburgerberg.

Cabe mencionar – ainda que provocando uma pequena quebra na discussão que focaliza a questão do conflito de terras – que importantes transformações ocorreram em Sapiranga após 1874, com o desfecho do conflito, dentre as quais destacamos as mudanças do nome *Fazenda do Padre Eterno* para outras denominações como *Fazenda Leão*, *Linha Ferrabraz*, *Linha do Verão*, *Linha da Bica*, *Terras do Sapiranga*, *Picada Hartz* e *Porto Palmeira*. Estas novas denominações parecem demonstrar uma tentativa de apagamento do nome Padre Eterno, muito identificado com os Mucker.

A parte lesada uniu-se a poderosos comerciantes alemães e compraram a área devoluta que fazia limite com a Fazenda do Padre Eterno, fundando para isso a Companhia Imobiliária, Hosking e Miranda. Ao final, tanto os proprietários da fazenda Padre Eterno, quanto os donos da Cia. Imobiliária, tiveram altos lucros na compra e venda



**Figura 01:** Localização geográfica do atual município de Sapiranga, Rio Grande do Sul. Fonte: <http://www.sapiranga.rs.gov.br/pagina/view/15/localizacao>. Acesso em 23 jul. 2019.

de terras, sendo que os pequenos colonos foram os principais prejudicados: “compraram seus lotes a preço alto, gastaram dinheiro em processos judiciais, brigaram seriamente uns com os outros, atormentaram-se durante anos com medo de perder suas terras e alguns ainda tiveram a área de seus lotes diminuída.” (AMADO, 1978, p. 69).

O desenvolvimento econômico da região, também foi acompanhado de um crescente processo de urbanização, tanto das próprias áreas de colonização, quanto da capital, na medida em que esta se tornou um importante polo comercial, responsável pela maior parte da distribuição dos produtos coloniais. A historiografia sobre Porto Alegre<sup>4</sup> nos indica que, no final do século XIX, a cidade já se transformara no maior centro urbano e comercial do Estado. Abrigava uma população variada, atraída por maiores possibilidades de trabalho ou de investimentos. A capital e

4 Sobre Porto Alegre, destacamos, entre outros: MAUCH, C. (*et. al.*) (colab.) **Porto Alegre na virada do século 19**. Cultura e sociedade. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Editora da Universidade/ UFRGS/Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994.; MACEDO, F. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1993. Coleção: síntese Rio-Grandense.; PESAVENTO, Sandra. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho – 1889/1930**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

outros centros urbanos tornaram-se o *locus* privilegiado de instalação de uma classe média emergente, dentre a qual se incluía um significativo número de alemães e/ou seus descendentes.<sup>5</sup>

O desenvolvimento econômico e urbano resultou em transformações na estrutura social do Estado. Esta, que até então revelara escassas perspectivas de mobilidade social, tornou-se mais complexa quando o contingente de imigrantes e seus descendentes passou a participar ativamente da economia. Criaram-se possibilidades de ascensão social, restritas até então somente aos grandes fazendeiros, os quais, embora tivessem mantido o controle político no Estado durante todo o período da Primeiro Império, perdiam terreno, progressivamente, no campo socioeconômico. Os novos setores emergentes passaram a merecer atenção dos governantes, unindo-se muitas vezes a estes, na defesa de interesses comuns.<sup>6</sup>

A presença de uma elite de origem alemã, foi detectada por Gans (1996) na Porto Alegre da segunda metade do século XIX. Em seu estudo, a autora revela que a maioria dos teutos da capital eram de nível socioeconômico médio. O segundo lugar era ocupado pelos de nível alto, sendo inexpressivo o número de alemães nos setores populares. O grupo majoritário, setores médios, abrangia um leque amplo de atividades, sendo de difícil demarcação. De modo geral, entre eles, encontravam-se artífices ou mestres de ofício com oficina própria, pequenos comerciantes, técnicos e professores.

Ao findar o século XIX, algumas camadas da sociedade teuto sul-rio-grandense buscavam a aquisição de *status*,<sup>7</sup> acentuando os aspectos simbólicos do grupo que pudessem defini-lo muito mais pelo seu “ser”

---

5 Sobre a presença de imigrantes em Porto Alegre, ver: GANS, Magda R. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850 – 1889)**. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Dissertação (Mestrado em História).

6 Sobre esta questão consultar PÍCOLLO, H. **O partido Republicano Rio-Grandense e os alemães no Rio Grande do Sul**. Anais do V simpósio de História da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (1982). São Leopoldo: Gráfica Caeté, 1989.

7 Entendido, aqui, o sentido weberiano, ou seja, grupos definidos por “(...) *uma certa posição na hierarquia da honra e do prestígio*” BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992. p. 14.

do que pelo seu “ter”<sup>8</sup>. Estes, de acordo com Bourdieu (1992, p. 17), “[...] exprimem sempre a posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção.”

Essa busca de *status* pode ser inferida das palavras de Roche (1969), quando analisou as mudanças de comportamento em parte da sociedade teuto-sul-rio-grandense, a partir da segunda metade do século. Ao se referir aos comerciantes, o historiador afirma que eles foram separando-se cada vez mais dos camponeses, para formarem uma classe.<sup>9</sup>

É verdade que, se foi sua situação estabelecida sobre bases econômicas, eles a reforçaram com esteios culturais, tomados de empréstimos por muito tempo ao meio de que haviam saído, isto é, ao meio germânico. A abastança de que gozavam permitiu que seus filhos fizessem estudos mais prolongados, renovassem os contatos com a terra dos avós, quer através de livros lá editados, quer através de estágios na Alemanha, ao passo que os colonos dela não conservaram senão uma imagem que se esbatia cada vez mais; (...) Defensores do “*Deuschtum*”, também foram mais sensíveis que os camponeses à propaganda pangermanista ou hitleriana. (ROCHE, 1969, p. 583).

Também Amado (1978), ao estudar a organização social da colônia de São Leopoldo, observa que, a partir da segunda metade do século XIX, o fator que dominou o relacionamento entre os habitantes foi a posição socioeconômica.

A riqueza e o poder passaram a ser mais importantes que os laços de parentesco: dois comerciantes ricos não aparentados tendiam a ser mais solidários e a se identificarem mais

---

8 De acordo com BOURDIEU, os grupos de status se definem “(...) menos pela posse pura e simples de bens do que por uma certa maneira de usar estes bens, pois a busca de distinção pode introduzir uma forma inimitável de realidade da arte de bem consumir capaz de tornar raro o bem de consumo mais trivial.” (BOURDIEU, 1992, p. 15).

9 ROCHE, (1969) (Op. Cit.) p. 582.

um com o outro do que, por exemplo, um comerciante e um colono unido por parentesco. (AMADO, 1978, p. 79).

Tanto para essa autora, como para Roche (1969), a distinção social dos teutos se processava em oposição ao “colono”, associando, dessa forma, a questão social à dicotomia urbano-rural. A aquisição dos valores da cultura urbana torna-se, muitas vezes, um distintivo a mais para o grupo em ascensão social. Autores como Roche(1969) e Willems (1980), concordam que as ideias contidas no *Deutschtum*<sup>10</sup> propagaram-se a partir da cidade, de uma classe média intelectualizada<sup>11</sup> e que, embora tivesse havido esforços, principalmente através da imprensa, para atingir a população rural,<sup>12</sup> a maior receptividade ocorreu entre os setores médios e altos da sociedade. A maior facilidade de penetração nestes grupos pode ser explicada através do fato de possuírem, tanto um capital econômico que possibilita contatos mais seguidos com a Alemanha através de viagens, por exemplo, quanto um capital cultural que permitiu um entendimento maior dessas ideias e, por conseguinte, o seu consumo.<sup>13</sup>

Dessa forma, o *Deutschtum* pode ser entendido, também, como parte

---

10 Giralda Seyferth (2011) define o *Deutschtum* como uma espécie de laço identitário, que une os imigrantes e seus descendentes através da etnicidade, reafirmando a germanidade, ou seja, “o jeito de ser alemão no Brasil”.

11 Dentre a classe média intelectualizada das cidades, responsável pela difusão do *Deutschtum*, destacaram-se os *Brumers*. Estes compunham um grupo que havia participado das Revoluções Liberais de 1848 na Europa, onde, devido a perseguições políticas, alistaram-se como soldados mercenários contratados pelo governo brasileiro para atuarem na campanha contra Rosas. Nem todos foram realmente para o campo de batalha e, mesmo os que foram, ao retornarem, estabeleceram-se em grande parte, no sul do Brasil, onde atuaram preferencialmente, no comércio, na educação e na indústria.

12 Grande parte da imprensa teuto-brasileira visando atingir o grupo teuto como um todo, inclusive os colonos, utilizavam-se de uma linguagem menos coloquial. No entanto, conforme nos informa Willems (1980), havia uma distância social e cultural entre os produtores dos discursos veiculados – mesmo considerando a heterogeneidade de interesses e valores destes – e alguns setores da sociedade, notadamente, aquela composta pelos pequenos produtores rurais.

13 De acordo com BOURDIEU (1996), para se apreciar determinadas obras de arte, é necessário um capital cultural constituído por um conjunto de códigos comuns, adquiridos na escola ou mesmo na família, que possibilite o entendimento “legítimo” destas obras. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

de um “civilizar-se”, cujo termo corresponde, em alemão, de acordo com Elias (1994), a *Kultur*.<sup>14</sup> O “colono”, embora tenha sido idealizado nos discursos veiculados pela imprensa teuto-brasileira a partir das últimas décadas do século XIX,<sup>15</sup> representava o atraso econômico, social e cultural, contrastando com a ideia de progresso vinculado ao cidadão. Essa questão foi apresentada por Willems, a partir de um enfoque étnico. Para ele:

Os teuto-brasileiros desenvolveram uma cultura essencialmente rural, ao passo que a população “lusa” representa uma cultura urbana ou pastoril. Principalmente as cidades exercem, aqui como alhures no mundo, uma fascinação crescente à medida que o contraste campo-cidade se vai acentuando. É camponês “pobre”, “bronco”, “mal educado” e “mal vestido” que admira o cidadão “rico”, “bem educado”, “bem vestido”, com todo o seu “conforto” em matéria de habitação, alimentação, recreação, etc. no nosso caso, esse camponês é o “teuto” e cidadão é o “luso” (WILLEMS, 1980, p. 126).

A partir desse raciocínio, Willems (1980) afirma que, à medida que o teuto, identificado com o meio rural, melhorava sua situação econômica, sua tendência era dirigir-se para as cidades e assimilar o modo de vida da população urbana que, para ele, era representada pela população lusa. Essa dinâmica, seguindo ainda o estudo do mesmo autor, levou a uma progressiva perda, pelos teutos, da cultura germânica, ao mesmo tempo em que assimilava valores culturais nacionais.

Os teutos cidadãos participavam de um processo de “aburguesamento” da sociedade sul-rio-grandense, e visavam identificar-se com o grupo social dominante da mesma. Nesse sentido, Amado (1978) identifica a ação dos grupos mais ricos de São Leopoldo, ao final do século XIX, os quais buscavam um modo de vida que os diferenciasse dos demais, especialmente dos “colonos”:

A primeira providência que tomaram foi se afastar fisicamente das Picadas, aonde, já quase não iam e pelas quais começavam a alimentar certo desdém [...]. A segunda providência foi dotar a cidade de ruas bem traçadas, casas melhores e maiores, iluminação adequada, administração organizada, e de tipos de lojas, serviços, e profissionais que a área rural não conhecia. [...]. A terceira providência foi adquirir novos hábitos: acordar e dormir mais tarde, mobiliar melhor a casa, refinar a linguagem, às vezes comprar um ou dois escravos; apurar a vestimenta e a alimentação, organizar reuniões sociais em casa, participar das sociedades recém-criadas. [...]; as mulheres, limitadas nas cidades ao serviço doméstico, perderam a importância econômica que tinham nas Picadas e, conseqüentemente, começaram a pesar menos nas decisões familiares e a abdicar de parte de sua liberdade pessoal, tornando-se mais recatadas e submissas aos pais e maridos [...]. A quarta providência foi criar ou estreitar os laços de parentesco entre os membros mais ricos do município, para reforçar a fortuna e aprimorar a linhagem [...] (AMADO, 1978, p. 78).

As transformações econômicas e sociais na Colônia de São Leopoldo na segunda metade do século XIX, atingiam também as formas e práticas da religiosidade. Com a imigração, o Brasil recebe pela primeira vez de forma maciça e oficial, grupos de religiões não católicas. No caso dos imigrantes alemães, os primeiros eram predominantemente protestantes. Embora o governo tenha dado algum apoio aos primeiros pastores, seu culto era apenas tolerado, não implicando em liberdade religiosa.

Os cultos protestantes somente poderiam ser realizados em locais privados. Além disso, mesmo católicos vindos de diferentes regiões, traziam na bagagem outras práticas religiosas, distantes do catolicismo praticado no Brasil. Autores como Dickie (2018), Dreher (1984) e Amado (1978), afirmam que nesta primeira fase, até os anos 1850/60, o convívio entre evangélicos e católicos não encontrou nenhuma dificuldade.

Os primeiros padres e pastores que vieram com os imigrantes assu-

miram tarefas e posturas cada vez mais distantes da religião oficial em seus países de origem. Não tendo padres e pastores suficientes para atender a população cada vez maior e mais distante do núcleo central de São Leopoldo, passaram a eleger entre eles pessoas, de mais prestígio, porém sem formação teológica para ocupar o cargo de pastor.

Segundo Dickie (2018), durante 30 anos desenvolveu-se na colônia alemã do Rio Grande do Sul, uma religiosidade autônoma em relação às instituições religiosas. Para a autora, “[...] os colonos produziram significados que tinham por bagagem a trajetória percorrida. E ela incluía não só a experiência específica com as religiões territoriais, mas também as expectativas que a imigração representava”. (2018, p.187).

Essa situação começa a mudar com o desenvolvimento da colônia, quando chegaram padres ordenados e pastores formados em teologia. Segundo Dreher (1984), os pastores começaram a chegar a partir da década de 1860. Quanto aos padres, embora houvesse visitas nas colônias desde o início, elas eram raras tanto pela distância física e difícil acesso, quanto pelas diferenças culturais, sendo que os padres ordenados brasileiros não falavam alemão (DICKIE, 2018).

Padres ordenados alemães também vão chegar num período posterior. Nesse sentido, tanto padres, quanto pastores chegados a partir dos anos 1850/60 vão entrar em atrito com as práticas religiosas locais. Entretanto, Dickie (2018) defende a ideia de unidade entre os colonos de diferentes credos até 1850. A autora argumenta que havia uma “experiência unificada dos colonos com a religião” até 1850.

As mudanças ocorridas na colônia, também afetaram os papéis sociais atribuídos aos diferentes sujeitos. Destacamos aqui entre as mudanças com relação ao papel social das mulheres. Os registros sobre as mulheres imigrantes ou descendentes são, consideravelmente, reduzidos. Historiadores clássicos da imigração, como Willems<sup>16</sup> e Roche<sup>17</sup> dedicam

---

16 WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1980.

17 ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

poucas linhas em suas obras ao gênero feminino, nas quais transparece uma imagem da mulher “colona”, em contraste com a “lusa”.

Destacam, entre outras, a capacidade de trabalho da “colona”, a sua maior liberdade de movimentação social e sua participação nas decisões econômicas da família. Entre os trabalhos que tratam especificamente dessa temática destacamos também Magalhães<sup>18</sup> e Bonow<sup>19</sup>, que analisam a construção da imagem da mulher alemã através da imprensa teuto-brasileira; Renaux<sup>20</sup>, que analisa o papel da mulher teuto-brasileira no Vale do Itajaí; e Meyrer<sup>21</sup> que estuda a mulher teuto-brasileira enfatizando a diferenciação social do grupo a partir da educação formal feminina do período.

Outra referência às mulheres teuto-brasileiras pode ser encontrada em Amado (1978) em sua obra sobre os Mucker, mas que pouco avançou nessa questão, além do exposto pelos autores clássicos da imigração. Sobre a mesma temática, podemos citar Gevehr<sup>22</sup> que analisa a dinâmica que envolve a produção das imagens e representações sobre a líder dos Mucker. O autor valeu-se da discussão dos diferentes veículos de produção de uma memória sobre Jacobina - desde o final do século XIX até o início do século XXI, quando ela teve sua imagem glorificada pelo cinema, com a película *Paixão de Jacobina*.

Diferentes fatores estiveram articulados no contexto que favoreceu a emergência do conflito Muckers. As mudanças ocorridas na colônia alemã de São Leopoldo na segunda metade do século XIX, em todas as

---

18 MAGALHÃES, Marionilde D. B. **Alemanha, mãe-pátria distante**: Utopia pan-germanista no sul do Brasil. Campinas, 1993. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas.

19 BONOW, Imgart. G. **Onde o sabiá canta e a palmeira farfalha**. Porto Alegre: PUCRS, 1996. Dissertação (mestrado em Letras). Faculdade de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

20 RENAUX, Maria Luiza. **O papel da mulher no vale do Itajaí: 1850-1950**. Blumenau: FURB, 1995.

21 MEYRER, Marlise Regina. **Evangelisches Stift**: Uma escola para moças das melhores famílias. São Leopoldo: UNISINOS, 1997. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

22 GEVEHR, Daniel Luciano. **Pelos Caminhos de Jacobina**: memórias e sentimentos (re)significados. Tese (doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, UNISINOS. São Leopoldo, 2007.

suas dimensões – cultural, política, econômica, religiosa – serviram de pano de fundo ao episódio que pode ser considerado um marco divisor entre dois modelos de sociedade, que buscava equilibrar-se entre tradição e mudança.

É nessa linha que propomos aqui perceber de que forma essa liderança feminina do conflito representava essa dicotomia entre o “costume” ligado ao poder feminino nos primeiros tempos da colonização, e a “nova” sociedade que se impunha, com base em outros padrões de relações entre homens e mulheres. Não mais com base exclusivamente na experiência, vivência do grupo no processo de instalação, mas também em elementos externos, que passavam pela idealização do colono(a).

## O MOVIMENTO MUCKER: OUTRA POSSIBILIDADE DE LEITURA

Os movimentos sócio-religiosos<sup>23</sup> ou messiânicos são temas bastantes recorrentes na historiografia brasileira, uma vez que esses movimentos são parte importante do processo de formação do espaço social do país. De forma especial, na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX esses movimentos, de caráter essencialmente religioso e social, foram expressivos nas diferentes regiões do Brasil.

A dinâmica desses conflitos permite melhor compreender as desigualdades e os processos de exclusão social dessas comunidades, que se organizam em torno de um líder espiritual, tradicionalmente representadas como violentas, desordeiras e criminosas, ou seja, fora dos padrões de comportamento estabelecidos pelos grupos dominantes. Cristina Pompa (1998, p.02) apresenta quatro características principais “[...] comuns a todos os movimentos definidos como milenaristas, messiânicos, proféticos, salvacionistas, nativistas, revivalistas, etc.[...]”, por ela definidos como sócio-religiosos:

1– Uma coletividade que conceptualiza a realidade presente

como crise e a define como um Tempo (ou um Tempo/Espaço) chegando ao Fim;

2 – a expectativa de uma mudança mais ou menos radical dessa realidade, mudança definida como salvação e anunciada pelas profecias;

3 – um *corpus* de crenças e práticas religiosas, tradicionais ou criadas *ex novo*, com o qual a coletividade visa realizar a mudança e inaugurar a nova ordem;

4 – a presença de um ou mais personagens carismáticos, que a coletividade reconhece como líderes.

O estudo desses movimentos no Brasil seguiu algumas linhas interpretativas centrais. De um lado as interpretações sociológicas tradicionais, que foram expressivas a partir dos anos 1950/60. Os trabalhos nessa perspectiva buscaram explicações estruturais e analisam os messianismos a partir da categoria central de conflito social, ficando a religiosidade relegada a categoria secundária, como superestrutura ideológica. Esses trabalhos tiveram como uma das principais influências, o estudo de Hobsbawm (1959) e, entre os brasileiros, Facó (1972) (QUEIROZ, 2005).

Outra referência importante é o trabalho de Maria Isaura Queiroz, que classifica os messianismos de acordo com “[...] os tipos de sociedade nos quais são engendrados”, mas ainda mantendo a supremacia social sobre o simbólico (QUEIROZ, 2005). Essa autora inova ao tratar os movimentos também como agentes da mudança social. Para essa ela todos os movimentos brasileiros possuem caráter reformista, a exceção dos Mucker (POMPA, 1998).

A renovação dos estudos nesse campo, veio da antropologia que busca o sentido dos movimentos nas suas expressões simbólicas, sendo que a religiosidade dos grupos passa a ser entendida dentro de sua própria lógica, não mais como explicação do social. O movimento é entendido assim como “produto de atores intencionais, cujas metas e estratégias se mostram coerentes com uma visão de mundo particular e articulada. Ademais, o universo mítico-religioso adquire a centralidade que não lhe

foi conferida em outras abordagens” (QUEIROZ, 2005, p.147).

Desse modo, ao definirmos os Mucker como um movimento sociorreligioso pretendemos contemplar o contexto sociohistórico do espaço-tempo que o engendrou, conforme Queiroz (1976), sem, entretanto, desconsiderar a relevância do simbólico-religioso na produção do sentido do movimento, que produziu determinadas práticas e ações de ambos os lados da população envolvida. Destaca-se ainda que, ao contemplarmos o simbólico, ele não está restrito apenas ao universo do religioso, mas a todo um universo de bens simbólicos situados de forma genérica no campo cultural. Interessa-nos aqui, de forma especial, os aspectos simbólicos ligados ao gênero feminino.

É preciso ressaltar a importância de estudos que contemplem a categoria de gênero como um elemento fundamental na compreensão do movimento Mucker. Afinal, o conflito, ocorrido no contexto da primeira Colônia Alemã, fundada pelo império em 1824, foi o único em que se teve a liderança de uma mulher. Jacobina Mentz Maurer, ousou, em seu tempo, protagonizando uma luta, pautada pela palavra da Bíblia e, também, pelas práticas de curandeirismo, exercidas pelo seu marido.

O poder exercido por uma mulher, no contexto do século XIX, no extremo sul do Brasil, foi interpretado como uma forma de desajuste e inconformidade com os padrões morais e “de civilidade” de seu tempo. A protagonista do único movimento messiânico, ocorrido em um ambiente essencialmente protestante e liderado por uma mulher, foi sufocado pelas forças oficiais, que em nome “da ordem e do progresso”, se valeram da força militar, representada pelo Coronel Genuíno Sampaio, que acabou morrendo em combate, o que reforçou ainda mais a imagem negativa de Jacobina, apontada como responsável pela morte do coronel.

O movimento messiânico dos Mucker ocorreu entre 1868 e 1874, na Antiga Colônia de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. O conflito envolveu um grupo de colonos, formado basicamente por imigrantes alemães e seus descendentes. Esse grupo, constituiu uma seita religiosa<sup>24</sup>, de caráter

---

24 Seita provém do grego *hairesis*, e significa partido. O termo esteve bastante associado aos

messiânico. A seita, que contava, inicialmente, com cerca de 150 pessoas, chegou a agrupar entre 700 e 1000 simpatizantes (AMADO, 1978, p.128), sendo liderada por Jacobina Maurer, que junto com seu marido João Jorge Maurer, exercia atividades de curandeirismo e promovia cultos domésticos com leituras e interpretações da Bíblia.

Desde 1873, os integrantes do grupo vinham sofrendo acusações por parte da população local<sup>25</sup> e foram objetos de inquéritos policiais e prisões. Jacobina Maurer também foi alvo de inquérito policial e levada a reclusão na Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre, enquanto seu marido teve 45 dias de reclusão, sendo preso novamente meses depois.

A reação ao movimento desencadeou uma série de atos de violência (incêndios e assassinatos atribuídos aos Mucker e seus seguidores, mas também violências do mesmo porte por parte dos colonos). O conflito acaba em 1874, com o extermínio dos adeptos, pelas forças oficiais do império, lideradas pelo Coronel Genuíno Sampaio. Após o desfecho trágico dos eventos, instalou-se um processo que se estendeu por seis anos (DICKIE, 2018, p. 22) sendo que todos foram absolvidos, inclusive os mortos.

O conflito ocorreu ao pé do morro Ferrabraz, lugar que serviu de moradia de Jacobina e seu marido. Era lá onde Jacobina celebrava os cultos e João Maurer realizava suas práticas de curandeirismo. O *Ferrabraz* [cuja grafia também é aceita como *Ferrabrás*] ficou conhecido em toda a região, como o “lugar dos Mucker” e teve sua imagem, especialmente até as primeiras décadas do século XX, associada ao massacre, onde “um grupo de fanáticos religiosos” acabou exterminado, em nome de uma

---

protestantes, demonstrando a visão católica do império brasileiro. Na historiografia brasileira, o termo seita é comumente empregado para identificar os movimentos de caráter messiânicos, enfatizando seu caráter religioso. No caso dos Mucker, o termo seita foi empregado por diversos autores, para enfatizar o caráter de fanatismo religioso, que seria atribuído à Jacobina, que seria responsável pela realização de cenas teatrais, com o propósito de enganar os adeptos e estimular o fervor religioso.

25 Na obra de Schupp, bem como dos principais autores, os detratores do movimento são descritos como “colonos”. No entanto, esse grupo era composto por, além de moradores locais de vários segmentos sociais, comerciantes líderes políticos e religiosos.

falsa fé, sob a liderança de uma “mulher sem moral.”

Jacobina, juntamente com seu marido, João Maurer, praticante de curas, consideradas milagrosas, liderava o grupo de colonos, denominados originalmente pelo pastor protestante, de Mucker. Vale lembrar que o termo Mucker apresenta diferentes significados, como santarrão, embusteiro ou até mesmo, fanático religioso. No imaginário coletivo, o termo pode ser associado ao zumbido das abelhas, o que apontava para o fervor e o fanatismo religioso. Essa ideia se associa, principalmente a mística que envolvia a figura de Jacobina que, conforme relatos, era acometida de desmaios e visões proféticas. Segundo seus detratores, essas cenas eram intencionais e teatralizadas, para enganar aqueles que compareciam aos cultos.

Em relação a ela, sabe-se que nasceu em data desconhecida do mês de junho de 1842, na localidade de Hamburgo Velho, atual município de Novo Hamburgo – RS. Era filha do casal de imigrantes alemães, André Mentz e Maria Elisabeth Muller, que, além de Jacobina, possuíam mais sete filhos. Jacobina foi confirmada em 04 de abril de 1854 na Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil de Hamburgo Velho, onde viria a se casar com João Jorge Maurer. Foi assassinada em 02 de agosto de 1874, quando foi descoberta, pelas forças oficiais, em seu esconderijo na mata fechada, ao pé do morro Ferrabraz.

Sobre suas características físicas pouco sabemos, em razão de não termos qualquer retrato<sup>26</sup> seu, o que torna sua personagem ainda mais enigmática, despertando o imaginário da população acerca de como seria a imagem real de Jacobina. Como seria seu rosto, seus cabelos, seu corpo? São perguntas para as quais até o momento não temos respostas confiáveis, tendo em vista que as descrições feitas sobre ela são bastante distintas.

Jacobina, quando criança, teve dificuldades na escola, não tendo

---

26 A única fotografia que representaria Jacobina é aquela atribuída ao casal Maurer, cuja autenticidade é amplamente questionada. Acredita-se que a fotografia não retrate Jacobina e seu marido João Jorge Maurer. A não existência de uma imagem concreta de Jacobina Mentz Maurer torna sua personagem ainda mais misteriosa. A fotografia, contudo, é constantemente empregada, especialmente pela imprensa, para conferir um rosto à personagem.

conseguido aprender a ler e escrever<sup>27</sup>. Segundo os diagnósticos do Dr. João Daniel Hillebrand, Jacobina apresentava, desde criança, sinais de transtornos nervosos que haviam se agravado em sua fase adulta, quando iniciou a leitura e interpretação da Bíblia<sup>28</sup>. Segundo o médico, esses transtornos teriam provocado uma *verdadeira mania religiosa e sonambulismo espontâneo*.

Hillebrand, que era diretor da Colônia Alemã, apontava o marido de Jacobina, João Jorge Maurer<sup>29</sup>, como o responsável pela doença da mulher, já que, segundo seu entendimento, ele a obrigava a praticar charlatanismo. Além disso, João Jorge Maurer era descrito pela maioria das pessoas de sua época como alguém que não gostava de trabalhar.

Agricultor e marceneiro de profissão, Maurer tinha aprendido a manipular ervas medicinais, que eram empregadas no preparo de chás e remédios para a cura de várias doenças que assolavam os colonos. A denominação de “Doutor Maravilhoso” surgiu entre as pessoas que nele procuravam ajuda e acabou se tornando bastante conhecida na colônia.

Foi, portanto, em torno de Jacobina e João Jorge Maurer que se deu a organização do grupo dos Mucker. Há, no entanto, inúmeros outros personagens envolvidos, dentre os quais um nos chama a atenção. Referimo-nos a João Jorge Klein<sup>30</sup>, cunhado de Jacobina, casado com sua irmã

---

27 Jacobina aprendeu a ler em alemão já adulta, com o professor Hardes Fleck, sobre quem pouco sabemos. Jacobina nunca aprendeu a escrever, nem a falar em português.

28 Embora Jacobina seja apresentada na historiografia como analfabeta, devemos repensar essa afirmação, tendo em vista o fato de que lia a Bíblia e cantava os hinos em alemão.

29 João Jorge Maurer nasceu em 28 de fevereiro (mesma data em que se comemora o aniversário de Sapiranga) de 1841, em Picada de São José do Hortênsio. Era filho de João Carlos Maurer e Maria Bárbara Voltz, ambos imigrantes alemães. De acordo com as descrições realizadas por Carlos Von Koseritz, Maurer era um homem de *estatura mediana, boas cores, cabelo e barba louros, olhos azuis, órgão agradável e modos insinuantes*. Sobre sua morte não temos informações precisas, uma vez que após o desfecho do conflito seu corpo teria sido encontrado em adiantado estado de decomposição, enforcado na mata do Ferrabraz. Seu corpo foi identificado apenas pelas roupas que usava e reconhecidas pelo seu alfaiate. Outra versão afirma que Maurer teria fugido e passado a viver na região da fronteira noroeste do estado.

30 João Jorge Klein nasceu no Hunsrück, Alemanha, no dia 14 de maio de 1820. Era filho de João Jorge Klein e Maria Ana Klein. Teria chegado ao Brasil em 1854, vindo a exercer a atividade de pastor na Comunidade Evangélica de Sapiranga no período entre 1858 e 1859, quando em seguida assumiu a Comunidade de Picada 48, onde permaneceu entre 1859 a 1864, quando foi sucedido por pastores com formação religiosa. Klein faleceu em 06 de outubro de 1915, com 95

Catarina Mentz. Sobre a atuação de Klein, restam muitas dúvidas, já que ora é apontado como “mentor intelectual” do grupo, ora - como embora em seus escritos<sup>31</sup>- tenha essa atuação desacreditada.

Em obra de referência sobre o tema, Amado (1978) afirma que os Mucker foram resultado das profundas transformações econômicas, que romperam com a estrutura da região da Colônia Alemã de São Leopoldo, em especial a partir de 1845. Até então, os imigrantes alemães viviam numa situação na qual as diferenças sociais não eram acentuadas, mas no final do século XIX, se deu um aumento significativo das desigualdades sociais na área de imigração alemã. Alguns prosperaram e outros – dentre eles os Mucker – acabaram excluídos do processo de desenvolvimento. Associado a esse contexto, tem-se o desamparo religioso, uma vez que as igrejas eram ainda pouco atuantes nas localidades mais distantes da Colônia. Daí esses colonos voltarem-se para os cultos domésticos promovidos e liderados por Jacobina.

Outra referência sobre o tema é a pesquisa desenvolvida por Dickie (1996) em sua tese de doutorado, publicada em livro em 2018, que problematiza a construção dos discursos difamatórios, que buscaram justificar – e legitimar – o massacre dos Mucker. Através da análise de Autos do Inquérito, Registros de Terras, Correspondências e Relatórios Provinciais, a autora amplia o debate sobre o tema e apresenta explicações mais complexas para o conflito. Um dos pontos de destaque em sua análise é o fato de que o conflito ocorreu em uma área de “identidade étnica homogênea”, constituída por pessoas da mesma etnia, e provenientes da mesma “pátria-mãe”, a Alemanha.

Com isso, os discursos das autoridades religiosas e civis procuraram desvincular os Mucker dos demais colonos, atribuindo-lhes uma origem “não germânica”, associada a uma espécie de caboclo, que havia sido

---

anos de idade.

31 Em seus escritos *Sobre a história dos “Mucker”, nos anos de 1872 a 1874*, João Jorge Klein procura se inocentar das acusações de que ele teria sido o mentor intelectual dos Mucker. Em seus escritos, procura responsabilizar Jacobina e João Jorge Maurer, assim como as autoridades corruptas pelo conflito.

degenerado pelo mundo tropical. Nesse contexto, Jacobina não poderia ser associada à imagem desejada, da mulher alemã, mas sim, associada com o “mundo tropical”, considerado selvagem, o que fez inclusive, com que Jacobina fosse comparada a uma “índia velha”, atestando uma visão carregada de juízo de valor.

Outro aspecto discutido por Dickie refere-se à atuação das Igrejas católica e protestante, que se afirmando em defesa da fé e da moral, defendiam que somente padres e pastores eram a fonte da verdade e, portanto, a eles competiam a responsabilidade dos cultos e a interpretação da Bíblia. Esse último elemento – a interpretação da Bíblia – conferiu à Jacobina seu caráter mais desqualificador e, até mesmo, criminoso, uma vez que a mulher que liderava os Mucker não possuía formação para tal. Este fato serviu também como mote na disputa entre católicos e protestantes na colônia alemã de São Leopoldo.

Nesse sentido, a atitude de Jacobina, de leitura e interpretação da Bíblia, era atribuída por Schupp aos perigos do protestantismo, em especial da mulher protestante, que lendo a Bíblia sem formação adequada era um perigo para a família, já que esta era de sua responsabilidade: “uma mulher protestante e analfabeta se arvorava de autoridade sobre a palavra escrita de Deus” (DICKIE, 2018, p. 272). Associado a isso, o surgimento de uma nova prática religiosa poderia ameaçar o poder exercido pelas igrejas oficiais e, conseqüentemente, o fracasso das missões religiosas na região de imigração e colonização alemã no sul do Brasil.

A representação dos Mucker como um grupo de fanáticos, liderados por uma mulher, se deu, na percepção de Dickie, pelo fato destes não serem considerados portadores da cultura alemã, trazida pelos imigrantes e, também, pela falta de erudição, defendida pela elite germânica. Contribuíram significativamente para esse processo de desqualificação dos Mucker, as publicações do jornal *Deutsche Zeitung*, no qual o intelectual Karl Von Koseritz, importante representante da intelectualidade germânica do Rio Grande do Sul, divulgava suas ideias, classificando Jacobina e seus adeptos como “não alemães”, na medida em que os Mucker representa-

vam o contrário do que ele considerava como cultura.

Koseritz foi o primeiro a publicar vários textos detratores dos Mucker e, em especial de Jacobina. Como seus escritos foram contemporâneos dos acontecimentos, eles serviram como principal fonte para as narrativas posteriores, em especial o texto de Ambrósio Schupp. Ainda, segundo Dreher (2017, p. 119), ele “pode ser considerado o inventor dos Mucker”. Por isso retomaremos aqui, parte de seus escritos, que forneceram para Schupp, um arsenal de (pré)conceitos sobre o movimento e sobre Jacobina, fundamentando sua narrativa condenatória.

Afinal, os Mucker eram a antítese da ideia que faziam dos colonos – considerados ordeiros e exemplares – e ao mesmo tempo, elementos realizadores do futuro da comunidade, responsáveis pela construção da cidadania brasileira, reservada à “civilizada e religiosa raça alemã” (DICKIE, 2018). Esse processo, contribuiu para que o imaginário coletivo representasse Jacobina e seu grupo como o *não civilizado*.

Após o desfecho do conflito, em 1874, os Mucker permaneceram no imaginário coletivo, como a representação de um passado do qual ninguém deveria se orgulhar. Ao contrário, os Mucker deveriam servir de lição, para que os erros do passado jamais voltassem a ser cometidos. É, precisamente nesse contexto, logo após o final do conflito, que o padre jesuíta Ambrósio Schupp, recém-chegado da Alemanha, irá percorrer a Colônia Alemã, em busca dos testemunhos, que serviram de fonte para sua obra, originalmente escrita e publicada em alemão em 1900 na Alemanha, sendo que a primeira edição brasileira é de 1901.

É fundamental lembrar que a obra produzida por Ambrósio Schupp tem papel singular na difusão das ideias sobre o conflito Mucker e, de forma mais particular, sobre Jacobina, que conforme percebe-se da leitura a obra, parece ter recebido atenção especial por parte do autor, que dedicou grande parte de sua narrativa, à personagem. Além disso, a obra do jesuíta deu voz a diversos testemunhos, que concederam a ele, o direito de falar em seus nomes. Dickie observa que na segunda edição, publicada em Porto Alegre, Schupp

[...] adicionou um prólogo em que reenfaticou a veracidade

de sua versão e, como “prova”, indicou a anexação de uma declaração dos colonos que haviam sido seus informantes. Nela, estes colonos atestam terem acompanhado os acontecimentos “do seu começo até o fim” e, por isso, terem certeza de que tudo o que Schupp relata em seu livro, “nos mínimos detalhes, é verdadeiro (SCHUPP, 2018, p. 268).

Com isso, Schupp tem sua versão dos fatos legitimada pelos testemunhos orais, reunidos em suas peregrinações pela Colônia Alemã, além de ter tido acesso aos autos do processo. Soma-se a isso, o fato de que, até 1957, essa era a única obra de referência disponível sobre o conflito. Ela formava, junto com os escritos fundantes de Koseritz, “a” narrativa condenatória de Jacobina e do conflito. Foi apenas em 1957, que Leopoldo Petry lançou sua obra, questionando a versão apresentada por Schupp e propondo uma releitura do conflito.

Ressalta-se ainda o fato da obra ter sido reeditada inúmeras vezes no Brasil e, em 2004, foi publicada em versão eletrônica pelo Senado Federal, com acesso gratuito à obra. De acordo com nota publicada, o “Conselho Editorial do Senado criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país” (PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO, 2004).

A versão apresentada pelo jesuíta pode ser considerada, portanto, a versão oficial dos fatos, no período compreendido entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, permitindo compreender a sua importância na formação dos leitores sobre o tema, bem como seu alcance nas gerações futuras. Para a historiografia a obra constitui-se em uma fonte fundamental, não só pelo fato do autor ter tido contato direto com as testemunhas que vivenciaram o episódio, mas por sua declarada parcialidade, na defesa tanto dos pressupostos do projeto da Igreja Católica na colônia alemã de São Leopoldo, quanto na defesa da versão dos colonos detratores dos Mucker. Seu relato, assim, deixa explícito o aspecto

seletivo da memória do conflito em sua narrativa.

A imagem criminosa de Jacobina, associada à sua “condição de mulher” serviu de instrumento de condenação moral, uma vez que o fato de ser mulher, foi empregado na *narrativa* (RICOEUR, 1994) de Schupp, para condená-la moralmente. A discussão sobre a condenação moral de mulheres na área de colonização e imigração alemã no Rio Grande do Sul foi discutida por Gevehr e Rodrigues (2017), revelando que nessa região, houve uma série de casos de mulheres, vítimas de agressão praticada por homens e que não se calaram.

Ao contrário, a análise de autos de processos e queixas-crime, mostraram o quanto a noção de “passividade”, atribuída às mulheres na Colônia não se sustenta, uma vez que elas nem sempre se calavam. Por outro lado, os autores afirmam que no caso das mulheres que denunciaram seus agressores, a maioria não conseguiu provar as acusações e, nem mesmo, teve seus agressores condenados pela justiça, o que revele que a “condição de gênero” era, sem dúvida, um elemento que pesava contra as mulheres.

Tendo essas questões como problema, se pode pensar a produção das narrativas sobre a líder dos Mucker, a partir da sua “condição de gênero” (STEARNS, 2012) e, como esse elemento identitário – *o gênero* – contribuiu para justificar e legitimar sua condição de criminosa e louca, responsável por vários crimes cometidos por seus seguidores na Colônia Alemã de São Leopoldo. Assim, loucura, crime e gênero feminino aparecem associados na narrativa de Schupp para desqualificar Jacobina.

Adultério, assassinato, infanticídio, roubo e incêndio às propriedades e outros diversos crimes ocorridos na Colônia, tiveram sua autoria ligada à Jacobina. Ela era, na versão construída pelo padre, a “mandante” de todos os atos criminosos. Através de sua narrativa, num complexo sistema de significações, Schupp contribuiu para “colocar Jacobina no banco dos réus” na memória coletiva sobre o evento. Com suas posições claras, frases e palavras de efeito, produziu a condenação moral e simbólica de Jacobina. O próprio Schupp diz que seu relato é a voz dos colonos,

que ele define como inimigos dos Muckers (DICKIE, 2018, p. 268).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento dos Mucker ainda é uma questão em aberto na história da imigração alemã no Rio Grande do Sul, oscilando entre um episódio a ser silenciado e ocultado; um movimento social de colonos abandonados no Ferrabraz, que buscaram, via solidariedade, resolver suas demandas cotidianas; um movimento messiânico, que reunia no seu seio saberes populares vinculados à cura, na ausência de médicos, somado à leitura e interpretação da bíblia, na ausência de atendimento religioso; um movimento criminoso, que provocou inúmeras mortes, liderado por uma mulher “sem moral”, psicologicamente desequilibrada.

As múltiplas versões e possibilidades de analisar o episódio se sobrepõem, e permitem afirmar que o movimento emergiu entre um grupo de colonos, que tiveram problemas na regularização de seus lotes de terra, o que implicou que se unissem, em defesa de seus interesses comuns, reclamando por seus direitos. Posteriormente, se unem para resolver demandas comuns do meio rural, como medicina popular e compartilhar conhecimentos religiosos. A organização e fortalecimento do grupo pode ser visto como um perigo para colônia, pois poderia colocar em perigo justo o status reivindicado por uma elite imigrante emergente, e o enfraquecimento das instituições religiosas, substituídas pelos livres pensadores.

A versão apresentada pelo jesuíta pode ser considerada, portanto, a versão oficial dos fatos no período compreendido entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, permitindo compreender a sua importância na formação dos leitores sobre o tema, bem como seu alcance nas gerações futuras. Para a historiografia a obra constitui-se em uma fonte fundamental, não só pelo fato do autor ter tido contato direto com as testemunhas que vivenciaram o episódio, mas por sua declarada parcialidade, na defesa tanto dos pressupostos do projeto da Igreja Católica

na colônia alemã de São Leopoldo, quanto na defesa da versão dos colonos detratores dos Mucker. Seu relato, assim, deixa explícito o aspecto seletivo da memória do conflito em sua narrativa.

Finalmente, a obra de Dreher (2017), trazendo Jacobina como personagem central, com ampla divulgação, contribuiu para popularizar o tema e abrir possibilidades futuras para novos olhares sobre o movimento.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. **Conflito social no Brasil: a revolta dos Mucker**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (et. al.) RS: **Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- DICKIE, Maria Amélia S. **Afetos e circunstâncias: os Mucker e seu tempo**. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- DREHER, Martin N. **A religião de Jacobina**. São Leopoldo: Oikos, 2017.
- DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal, 1984.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. v.1.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- HOBBSAWM, Eric J. **Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movements in the 19th and 20th Centuries**. Manchester: University Press, 1959.
- LANTERNARI, Vittorio. **Movimenti Religiosi di Libertà e di Salvezza dei Popoli Opressi**. Giangiacomo Feltrinelli Editore: Milão, 1960.
- MACEDO, F. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1993. Coleção: síntese Rio-grandense.
- MAUCH, C. (et. al.) (colab.). **Porto Alegre na virada do século 19**. Cultura e sociedade. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Editora da Universidade/UFRGS/Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994.
- MEYRER, Marlise R.; GEVEHR, Daniel L. **Gênero, identidade étnica e poder: mulheres na imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: EDUPF, 2014.
- KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial**. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC; Caxias do Sul: UCS, 1991.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **Messianismo no Brasil e no Mundo**. 2a ed. São Paulo, Alfa-Omega. [1965], 1976.
- PESAVENTO, Sandra. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do**

trabalho – 1889/1930. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, S. RS: **Economia e política. República Velha Gaúcha.** Estado Autoritário e economia. Porto Alegre: Mercado aberto, 1979.

POMPA, Cristina. A construção do fim do mundo. Para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil “rústico”. **Rev. Antropol.** vol.41, n.1. p.177-212, 1998. Acesso em: 17 jul. 2019.

QUEIROZ, Renato da Silva. Mobilizações socioreligiosas no Brasil: os surtos messiânicomilenaristas. **Revista USP**, n. 67, p. 132-149, set/ nov. 2005.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (tomo I). Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.

SEYFERTH, G. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 26, n. 77. p. 47-62, 2011.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero.** São Paulo: Contexto, 2012.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1980.